

LINGUAGEM, CULTURA E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES

Lúcia Gracia Ferreira¹
Daniel Fernandes Lima²

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve reflexão sobre a ligação entre linguagem, cultura e educação. Sabemos que há uma grande importância da oralidade e da escrita na formação de cidadãos pensantes e agentes de sua própria história, por isso buscamos compreender e criticar as formas de linguagem oral e escrita que, muitas vezes, são realizadas por profissionais de educação, em especial, os de língua portuguesa, de forma a não valorizar a cultura trazida pelo aluno, além de gerar preconceitos e exclusão social. Mesmos havendo diferença entre a forma de falar e escrever sabemos que isso não é motivo de exclusão e é também a partir dessa concepção que esse trabalho vem refletir. Nesta reflexão mostramos também que mudar o sistema educacional vigente é uma necessidade urgente e um processo complexo. Urgente por já não se admitir mais a exclusão e os preconceitos veiculados no âmbito das escolas; complexo por envolver mudanças não só no sistema educacional, mas principalmente nos seres humanos envolvidos direta e indiretamente em seus propósitos. Mudar um sistema é uma tarefa razoavelmente difícil; mudar o ser humano, apesar de possível e viável, uma ambigüidade; mudar o mundo, quiçá, uma utopia, mas utopias existem e acreditar nelas é alimentar um sonho eternamente, num sentido intenso e retilíneo, no intuito de torná-los grandes o bastante para se converterem em realidade.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem, educação, cultura.

ABSTRACT: *This article presents a brief reflection about the connection among language, culture and education. We know that there is a great importance of the oralidade and of the writing in the formation of citizens pensantes and agents of its own history, that we looked for to understand and to criticize the forms of oral language and writing that, a lot of times, they are accomplished by education professionals, especially, the Portuguese-speaking, in way to not to value the culture brought by the student, besides generating prejudices and social exclusion. Same having difference among the form of to speak and to write knows that that is not exclusion reason and it is also starting from that conception that that work comes to contemplate. In this reflection we also showed that to change the effective educational system it is an urgent need and a complex process. Urgent for no longer to admit more the exclusion and the prejudices transmitted in the pulp of the schools; complex for involving changes not only in the educational system, but mainly in the direct involved human beings and indirectly in its purposes. To change a system is reasonably a task difficult; to change the human being, in spite of possible and viable, an ambiguity; to change the world, maybe, an utopia, but utopias exist and to believe in them is eternally alimentary a dream, in an intense sense and retilíneo, in the intuito of turning them big enough for if they convert in reality.*

KEYWORD: *language, education, culture.*

¹ Pedagoga. Especialista em Linguagem: pesquisa e ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia.

² Licenciado em Letras pela UESB. Especialista em Língua Portuguesa pelo Instituto de Educação Segmento.

I - Introdução

Sabemos que a linguagem é ideológica, social, histórica e cultural e que está vinculada à vida do ser humano. Essa vinculação envolve o indivíduo dentro e fora da escola. Mas é fato que a linguagem se diferencia dependendo do contexto onde se vive. Os vários contextos onde se constrói e se desenvolve a linguagem têm sido alvo de estudos diversificados, entre eles estão os aspectos sócio-histórico-culturais. Por isso, entendemos que é na linguagem, como uma ação humana, que está inserida toda uma história adquirida através das experiências vivenciadas pelo indivíduo. Este aspecto se apresenta como uma rede de significados que revela o indivíduo no mundo.

Entendemos que a identidade do indivíduo é construída a partir da cultura. Nesse sentido, esse aspecto é importante para a construção da concepção de mundo dos seres humanos. Assim, na escola, os professores e os alunos constroem essa concepção de mundo a partir do contexto sócio-histórico-cultural em que vivem.

Assim, este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a linguagem, a cultura e a educação, levando em consideração as concepções já existentes. Essa reflexão surge a partir da necessidade de relacionarmos a linguagem humana com a educação, levando em consideração também a cultura, através do qual tanto a linguagem quanto a educação é transformada.

II - Linguagem Humana: do que se trata?

O teórico Mikhail Bakhtin (1995) vê a linguagem numa dimensão sócio-histórica. Sendo a dimensão expressiva da linguagem também estudada pelo autor. Ele valoriza o homem como um sujeito que produz sentido, além de nos levar a reflexão sobre a importância e potencialidade da linguagem.

Bakhtin é visto como um teórico que ironiza a linguagem formal como forma de expressão. Este autor busca uma interação entre o homem e a língua, e se utiliza dos sentimentos, da criatividade, da história, da expressão, da palavra para a compreensão do signo imaginário e simbólico. Nesse sentido, Kramer (1993, p. 103) aponta que “a linguagem é produção humana

acontecida na história; produção que - construída nas interações sociais, nos diálogos vivos - permite pensar as demais ações e a si própria, constituindo a consciência”.

Bakhtin (1995) compreendeu também a linguagem no aspecto ideológico e social. Nesse sentido, entende-se que a linguagem representa conceitos de comunicação, idéias, significados e pensamentos. Na prática educativa, essa linguagem pode ir além das capacidades faladas e escritas, podendo ser representadas por brincadeiras, gestos etc. É importante salientar que os universos discursivos atrelados às múltiplas linguagens permitem o desenvolvimento de práticas multidisciplinares, proporcionando um cenário de compreensão de uma dimensão pluralista e interativa. “A linguagem é um fenômeno plural” (TEIXEIRA, 1996, p. 184), e a função interativa da linguagem dá-se por meio do aspecto histórico-social. Ela é transformadora no sentido de constituir a relação entre homem e realidade natural e social.

Percebe-se que a linguagem está ligada à questão social, não podendo esta ser dissociada da sociedade, pois ambas se formam concomitantemente. Segundo Orlandi (2001, p. 19), “o sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpretação pela ideologia”.

Segundo Borba (2003, p. 45) “a linguagem humana é apenas uma aptidão ou capacidade que se manifesta por meio de conjuntos organizados e que se chama língua e de que as comunidades se servem para a interação social”. Mas essa linguagem que se manifesta através da língua tem seus empregos, pode ser verbal ou não verbal. A linguagem verbal é estudada pela lingüística, onde se destaca o teórico Saussure. Essa passou a ser uma área de estudo muito focada pelos filósofos e não demorou a Saussure se destacar e passar a ser conhecido como o pai da lingüística moderna (ORLANDI, 2003). Saussure definiu a língua como objeto específico dessa ciência. Na época (final do século XIX) esse fato chamou a atenção da sociedade, pois desvendou-se que a língua recobria vários objetos, entre eles, de que é um meio de comunicação, é um fato histórico-cultural e um sistema de signos. Em seus estudos ele fez uma importante distinção entre a língua e a fala.

A lingüística é estudada sob o aspecto da fala e da escrita. Conforme Cagliari (2002, p. 52) “é preciso ter sempre em mente o que pertence à fala e o que pertence à escrita”. Normalmente, faz-se confusão quanto a maneira de falar e de escrever, mas temos que ter em

mente que são duas realidades diferentes. Muitas vezes, fala-se de uma forma, escreve-se de outra. Entendemos que existe diferença entre a fala e a escrita e isso varia de sociedade para sociedade.

Para Borba (2003, p. 46):

A fala, resultado da necessidade de comunicação ou de interação social, é momentânea. Por ser realização individual da língua, torna-se fluente e vária, pois muda de indivíduo para indivíduo, de situação para situação. Altera-se facilmente pela influência de fatores diversos ligados ao falante ou às circunstâncias em que se produz. No primeiro caso, depende de estados anímicos (emoção, irritação, aflição, pressa etc.) ou até das variações de estatuto social por ascensão, educação, migração etc. No segundo caso, depende de tudo o que acontece em redor do indivíduo quando está falando: ambiente fechado ou aberto, presença de muitas pessoas, ruídos diversos etc.

Borba (2003) ainda faz relação da língua e da fala, dizendo que a língua se altera pela fala, pelo uso individual, que se transforma através dos tempos porque os falantes inovam a forma de falar. Assim, língua e fala não existem separadamente; uma supõe a outra. “A relação entre ambas se pertence por ser a língua indispensável para que a fala produza seus efeitos, e a fala é necessária para que a língua se estabeleça” (p. 47).

Quanto a fala e a escrita elas têm suas diferenças que, muitas vezes, são exigências de uma determinada sociedade e é reflexo dessa sociedade. A fala e a escrita também têm sua importância, pois “uma língua vive na fala das pessoas e só aí se realiza plenamente. A escrita preserva uma língua como um objeto inanimado, fossilizado. A vida de uma língua está na fala” (CAGLIARI, 2002, p. 52).

Quanto ao uso da escrita em nosso contexto Kato (1999) fala dos contrastes existentes entre a língua oral e a língua escrita no Brasil e que o povo brasileiro na linguagem oral “foge” das regras prescritivas gramaticais. Quanto a esse contraste nos deparamos com duas possíveis explicações: a “heterogeneidade em termos de desenvolvimento sócio-econômico-educacional”; e, “as regiões urbanas deverão ter sua estratificação social refletida no seu quadro de uso da língua escrita” (p. 39), o que leva a uma variação lingüística.

A Língua Portuguesa evoluiu-se ao longo do tempo, diferenciando-se de um grupo para grupo, tomando para si características próprias. Ao se transformarem com o tempo as línguas sofrem variações lingüísticas e adquirem novos olhares sociolingüísticos.

Os dialetos se diferenciam de região para região dependendo da localidade. Num estudo dialetalógico leva-se em consideração não somente a forma como se fala, mas também a região geográfica onde o dialeto é explicitado.

Quando se mora em uma comunidade rural e a sua escola se insere nesta comunidade o que se vê, muitas vezes, é a imposição do dialeto-padrão (de prestígio) aos os alunos falantes do dialeto rural.

A cultura é fator primordial no desenvolvimento lingüístico do indivíduo, por isso deve ser respeitada. Ao privilegiar o dialeto-padrão e, muitas vezes, até impor, a escola pode sim influenciar na mudança do dialeto falado por alunos de comunidade rural, mas reconhecemos que o respeito a cultura desses deve ser mantido. A escola deve propor o dialeto-padrão e trabalhar o reconhecimento do aluno quanto a este dialeto, conscientizando-o que ao buscar uma vida melhor através dos estudos ele irá precisar deste dialeto de prestígio.

III - Linguagem e Cultura

Souza (1995) nos diz que o termo cultura deriva do verbo latino *colere*, que significa “cultivar”; “honrar”; “tomar conta”; e “cuidar”. Assim, cultura inclui um conjunto de conhecimentos, crenças religiosas, arte, moral, direito, costumes que o homem adquire não sociedade.

A linguagem não é só sócio-histórica e ideológica, é também cultural, pois recebe a influência do contexto cultural. Por isso, a “linguagem é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão” (SOARES, 2002, p. 16).

Geertz (1989) refere-se à cultura como uma “teia de significados”, extremamente necessária aos seres humanos. É a partir dessa idéia que entendemos a linguagem como produtora de sentidos, pois é pela experiência de mundo vivenciada por cada indivíduo que este vai expressar-se no mundo. A cultura é responsável, por exemplo, por uma consecução da linguagem

impregnada por um determinado contexto social, pois o sujeito sociocultural se forma nesse contexto com uma história cultural adquirida através das experiências vivenciadas. Teixeira (1996, p. 183) relata que “os sujeitos sócio-culturais constituem-se, pois, em suas experiências vividas no mundo, pelas quais se fazem a si mesmos e à história humana”.

A história da humanidade é feita pela história humana que se constitui de cultura. O homem como ser cultural traz em sua linguagem uma “bagagem” oriunda da cultura que o “denuncia”, o identifica.

O homem se realiza pela cultura. “Ela, por assim dizer, embebe o humano e o define” (SOUZA, 1995, p. 123). A forma de vestir, de falar, de se comportar é linguagem e é fruto de uma cultura. São formas do homem se expressar. O homem se comunica através deles.

A linguagem é uma característica humana. Outros animais a têm de forma bem limitada. A palavra distingue o ser humano que dos outros animais. Pela palavra, o universo adquire um sentido, e o homem pode vir a conhecê-lo, emprestando-lhe significações. Portanto, na raiz de todo conhecimento subjaz a palavra e os demais processos simbólicos empregados pelo homem (DUARTE JÚNIOR, 1988, p. 15 apud SOUZA, 1995, p. 100).

IV - Linguagem e Educação

Diversos estudiosos e profissionais ligados à pesquisa e ao ensino de Língua Portuguesa têm procurado contribuir, de forma intensa e decisiva, na formulação de novas teorias que garantam práticas pedagógicas mais eficazes e voltadas para uma maior integração entre a escola, os docentes, os discentes e a sociedade como um todo. É válido ressaltar que, apesar dos grandes esforços e das eminentes contribuições desses estudiosos e profissionais, o aprofundamento desses ideais ainda carece e muito de uma postura mais ampla e abrangente para se poder alcançar resultados com maiores índices significativos, individuais e coletivamente.

Não se consegue mudar um sistema se apenas uma parte dos indivíduos envolvidos, direta e indiretamente, estiver apta e disposta a promover determinadas mudanças dentro desse mesmo sistema. É preciso que haja um envolvimento global, onde todos busquem traçar os caminhos mais adequados para se chegar ao destino proposto e esperado. Porém, essa busca gera polêmica

e um ressaltado muito grande. A polêmica se cria no momento de escolher tais caminhos, visto que, uma parte (a menor parte que detém o prestígio e dita as normas a serem seguidas) prefere os caminhos mais “curtos” e “fáceis” aos mais longos e com maior nível de obstáculos. Porém, sabemos que nem sempre, ou melhor, quase nunca os caminhos mais curtos são os mais viáveis e seguros para se chegar ao país do conhecimento. Essa é uma escolha ideológica, política, econômica e social, impregnada de preconceitos e planejada a partir do paradigma de dominantes e dominados. O ressaltado está, justamente, no fato de temer o novo, de achar, a partir da visão do outro, que toda novidade trás insegurança e gera desequilíbrio. O medo do que é novo atrasa – quando não impede –, não raro, a evolução do ser humano e ratifica a crescente marginalização instalada há séculos em nosso meio.

Diante disso, as diversas teorias existentes podem incentivar práticas pedagógicas sim de forma equivocada ou não. Ideologicamente falando, acho que o mundo acadêmico e o mundo político está tomado por uma “demagogia”, onde o mais importante é falar bonito e não falar “algo que realmente tenha sentido para a vida”. No campo pedagógico as práticas devem estar voltadas para o bem do homem, de forma levá-lo a produzir conhecimento.

No que se refere a linguagem, esta exerce um papel muito importante, segundo Heidegger, somos o que somos pela linguagem (SOUZA, 1995). É a linguagem que permite todas as coisas acontecerem. Ela faz com que a comunicação exista em todos os âmbitos, inclusive no campo acadêmico e político. É a linguagem de prestígio (a linguagem de poucos), presente no campo acadêmico e político que permite que estes dois campos adotem práticas que funcionam como dominadora em relação a outros campos.

Para mudarmos nossa realidade, necessita-se, urgentemente, de uma postura rígida e crítica dos teóricos, educadores, educandos, políticos e toda sociedade no intuito de se chegar a um lugar comum a todos, onde todos possam sonhar com as magias da língua e viver sem o estigma do medo de “errar”, ou, melhor dizendo, de não seguir as normas elitistas e preconceituosas. Errar e/ou acertar não devem ser as prioridades da língua, mas sim o expressar, o manifestar, o comunicar, o aprender, o viver. É uma questão de ética e de humanismo. Em nossa sociedade o erro ainda é visto como castigo ao invés de ser visto como virtude, mas entendemos que ao errarmos temos a condição de, posteriormente, acertar. Essa mesma sociedade

não vê com bons olhos os erros lingüísticos e comportamentais. Esses erros é motivo de “gozação” e de preconceito.

Muitos têm sido os empecilhos para a transformação da educação em nosso país. A velha concepção centrada na tradição de que só há um único saber válido e real, comandada pelos países capitalistas de primeiro mundo, extremamente desenvolvidos científica e tecnologicamente, tem ditado as normas às nossas escolas e tem imperado soberanamente com o aval de uma pequena parte da sociedade que é constantemente beneficiada com esse sistema de certo/errado. No Brasil, tem-se o hábito de importar culturas e preconceitos. Há um intenso processo de aculturação reinante e operante que preenche as lacunas sociais deixadas pela má colonização implantada nestas terras há mais de 500 anos, quando a idéia de Brasil, país, inexistia e a única preocupação com a América Portuguesa era a de se extrair as riquezas que aqui havia. Em 1822, o Brasil se transforma em nação, “independente”, porém, a importação continua e se estende até os dias atuais.

Acreditar que a escola, através de um ensino formal da língua padrão e da alfabetização, conseguirá corrigir o Brasil é o mesmo que acreditar, já adulto, que Papai-Noel existe, com uma única diferença, é claro. Acreditar na existência do bom velhinho não se constitui em crime contra ninguém. O máximo que pode acontecer é possibilitar o desfrutar das imaginações e dos sonhos. Imaginar e sonhar são coisas benéficas para a alma de qualquer indivíduo e, ainda, pelo que se sabe, não vai de encontro a nenhuma lei civil ou penal. Já acreditar que a escola poderá corrigir o Brasil através de uma prática alicerçada em preconceitos e exclusões certamente trará um leque de conseqüências agravantes em nossa sociedade, tais como: crescimento da violência, desencadeamento de crises socioambientais, fome, miséria. Esta crença, principalmente por parte dos docentes e dos profissionais envolvidos no âmbito educacional, constitui-se em crime contra os direitos do ser humano, visto que, há um processo de separação ditatorial que traça o destino daqueles que se encontram às margens da sociedade. Isto é, tira-se o direito da maioria dos indivíduos antes mesmo de dar a eles esses direitos. Como é possível tirar de alguém algo que ele não tenha? O nosso sistema político, social e educacional consegue fazer isso.

Percebemos que há uma contradição entre o que é dito e o que é feito; entre a forma correta de falar e a forma como é falado. Muitas vezes sabemos a forma correta de falar e mesmo

assim continuamos a falar errado. A escola pública brasileira deve priorizar elementos lingüísticos que leve o aluno a fazer uso do dialeto padrão (de prestígio) e que ao mesmo tempo proporcione a ele conhecimento social. Em se tratando de escola pública sabemos que isso não é fácil, mas a escola deve conscientizar o aluno de que ele está tendo uma chance de aprender e que mais tarde o que foi aprendido será cobrado pela sociedade e utilizado por ele (por isso é de grande valia).

Um ponto de reflexão sobre isso é que é evidente que a escola é um dos caminhos, senão o único, mais eficazes para se corrigir as desigualdades existentes no Brasil. Não se pode negar isso. Porém, é evidente também que a escola, do jeito que está, não tem por objetivo mudar coisa alguma na estrutura física nacional. Ela visa, antes, a separação, a manutenção dos preconceitos e a garantia dos privilégios. Os profissionais envolvidos na educação, principalmente alfabetizadores e os de Língua Portuguesa, devem assumir uma postura de flexibilidade comunicativa para que, assim, haja uma consciência das diferenças e uma negociação daquilo que é determinado culturalmente. Deve-se conceber o espaço da sala de aula como local de leituras, como espaço de oralidade e de trocas, onde cada sujeito tenha o direito de criar e sustentar os seus discursos na construção do conhecimento. A escola deve assumir um papel de facilitadora na interação entre o ser humano e a palavra. Cada palavra revela um mundo particular que se torna coletivo ao estabelecer um diálogo com outras palavras.

Por isso, não pode haver jus de valor que determine o discurso de um superior e melhor que o do outro e o professor sabe disso, ou pelo menos, deveria saber e aplicar nas suas práticas cotidianas na sala de aula para possibilitar a chance de melhorar a escola pública brasileira.

Recentemente presenciamos uma crítica. Foi durante uma exposição oral, onde a palestrante fazia referência a uma matéria do Jornal Nacional, onde um promotor dizia que para diminuir o número de injustiças e diminuir o número de crimes realizados por menores de 18 anos era necessária a redução da maioridade penal para 16 anos. Durante a exposição oral foi dita a palavra menor de idade quando na verdade a palestrante queria falar menor de 18 anos. Sabemos que o “menor de idade” é o menor de 18 anos (consideramos assim), assim como a maioridade penal começa a partir dos 18 anos. Mas sabemos que o termo “menor de idade” ainda é muito questionado, pois também faz referência aos menores carentes e isso já gera outra

discussão que não vem ao caso agora. Em uma conversa posterior a palestrante disse que sabia disso sim, mas que ela se expressou mal por causa de um vício de linguagem. Esse fato gerou (longe dos ouvidos da palestrante, mas próximo dos ouvidos de uma amiga dela que posteriormente contou-lhe) uma discussão entre duas ouvintes do evento. Uma condenava a palestrante, por que não é elegante para uma pessoa com nível superior e com especialização falar daquele jeito (referindo-se a palestrante); e outra a defendia, por que os vícios de linguagem são comuns e freqüentemente usados por pessoas muito superiores a ela (a palestrante), tanto em escolaridade, quanto em cargo como o presidente da república. Essa palestrante reconheceu seu erro, mas afirmou que conseguiu transmitir a mensagem e assim estabelecer a comunicação entre as pessoas presentes no evento. A discussão foi gerada porque pelo nível de instrução da mesma deveria ter falado corretamente (usado a linguagem formal), mas sabemos que as pessoas esquecem que somos seres aculturados. As coisas não mudam em nós de um dia para o outro e esse é um desafio que a escola pública brasileira continuará a enfrentar se não melhorar o seu ensino de forma a contribuir para a formação de cidadãos melhores seja na forma de falar, de escrever ou de se comportar.

Nos deparamos ainda com muitos preconceitos. É comum numa comunidade urbana, mais, especificamente, num bairro periférico vermos problemas como vício de linguagem, pronúncia de palavras que não existem, pronúncia de palavras erradas, erros de concordância, de regência. Por exemplo: a palavra correta é cinismo, mas algumas pessoas de muitas comunidades falam ciniquidez e sofrem preconceito por isso. Percebemos que na forma de falar dessa comunidade está embutido valores culturais que devem ser considerados ao avaliar a linguagem dos mesmos. Sabemos que “(...) a educação é uma condição não apenas necessária, mas também suficiente para a resolução dos problemas sociais enfrentados no país” (KLEIMAN, 2004, p. 246).

V – Conclusão

Sabemos que a escola vem reproduzindo um sistema excludente em seu sistema didático desde a sua fundação primeira até os dias atuais. Excluem-se negros, índios, mulatos, até mesmo

brancos, todos pobres, pertencentes a uma classe desprivilegiada que sofre na pele as atrocidades de uma sociedade capitalista pautada no sistema de domínio daqueles que detém o poder econômico sobre o restante da população. Sabemos também que a escrita é uma prática social “aristocrática”. Crianças das classes média e alta, por exemplo, têm acesso a possibilidades e a recursos que as crianças de classe baixa não possuem: livros; jornais; internet; pais de grau escolar elevado, falantes de um dialeto de “prestígio” e de uma boa escrita em seu dia-a-dia, o que influencia o interesse dos seus respectivos filhos. É neste ponto que a escola deveria assumir um papel social que visa à inclusão de todos os seus alunos, ricos ou pobres, brancos ou negros, na sociedade e no mundo. Ela deveria se sensibilizar e se responsabilizar pela democratização das práticas aristocráticas. Falar e escrever bem são, pois, um direito de todos e é dever da escola possibilitar a realização deste processo aos seus alunos.

É desumano a escola não viabilizar aos seus alunos, em seu ambiente, o acesso a saberes e práticas que dignifiquem a vida do ser humano enquanto cidadão pensante e agente da sua própria história. Tudo o que gera preconceitos fora da escola não deve e não pode jamais gerar dentro dela. É nela que devem ser desfeitos esses preconceitos. A escola é o espaço de incluir os excluídos pela sociedade e pelo mundo; é o espaço de gerar sonhos e colaborar para a realização deles.

Entendemos que instaurar um processo “inovador” como o de lançar a leitura, a fala e a escrita como práticas curriculares no ensino de língua portuguesa, não é uma tarefa fácil e, tão pouco, cabe única e exclusivamente à escola. É cômodo, pois, lançar a escola à “fogueira santa” como se ela fosse a única responsável pelo processo educativo. Que ela tem uma grande parcela de culpa é evidente até aos olhos dos educadores mais ufanos e céticos. Porém, existem fatores externos às nossas escolas que colaboram para a sustentação dos pilares elitizantes: a concepção que os pais dos alunos e a própria sociedade têm do ensino de língua portuguesa; as dificuldades de infra-estrutura das escolas (escolas públicas em especial); a falta de recursos aos professores para que estes tenham acesso às novas informações e propostas didáticas emergentes, a falta de valorização desses profissionais que, na maioria das vezes, se submetem a uma carga horária desumana, em busca da própria sobrevivência, bem como, as amarras curriculares com vistas a um ensino utilitário e a ausência de políticas públicas voltadas para uma educação libertária e

transformadora que permite aos agentes educacionais refletirem a própria prática, em busca da responsabilidade social da educação.

Mudar um sistema é uma tarefa razoavelmente difícil; mudar o ser humano, apesar de possível e viável, pode gerar ambigüidades a depender do ponto de vista adotado (sempre vai haver um bem e um mal); mudar o mundo, quiçá, uma utopia, mas utopias existem e acreditar nelas é alimentar um sonho eternamente, num sentido intenso e retilíneo, no intuito de torná-los grandes o bastante para se converterem em realidade.

VI – Referências

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 13 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & lingüística**. São Paulo: Scipione, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

KATO, M. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. 7 ed. São Paulo: Ática, 1999.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do Letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita**. 7. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda. 2004.

KRAMER, S. **Por entre as pedras: arma e sonho na escola**. São Paulo: Ática, 1993.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. 6 ed. Campinas, SP: Cortez. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. **O que é Lingüística?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOUZA, S.M.R. de. **Um outro olhar: filosofia**. São Paulo: FTD, 1995.

TEIXEIRA, I. C. Os professores como sujeitos sócio-culturais In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.